



## QUESTÃO FUNDIÁRIA

# Brigas no campo sobem mas mortes diminuem

Dados reunidos por entidade ligada à Comissão Pastoral da Terra mostram que, no ano passado, foram 2.185 casos de conflitos, sendo que 1.768 tiveram origem em disputas de áreas em litígio

» IAGO MAC CORD\*

Levantamento realizado pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da Comissão Pastoral da Terra, registrou 2.185 casos de conflitos no campo, no ano passado. Desse total, 1.768 se deram por disputa por terras — é o segundo maior número da série histórica, iniciada em 1985, atrás somente de 2023 — e 266 por conta de nascentes de água e cursos de rios. Além disso, 13 pessoas foram assassinadas em 455 atentados.

Em contrapartida, os assassinatos no campo diminuíram — embora os fazendeiros ainda estejam por trás de 46% dos casos. Ao longo do ano passado, as ações de violência contra a pessoa foram cometidas contra 1.165 pessoas, entre elas 222 mulheres e 182 menores de idade.

A violência causada pela posse da terra soma 78% dos casos, que envolveu cerca de 904 mil pessoas. O levantamento destaca, porém, ter havido uma queda no número de despejos, ameaças de despejo, grilagens, pistolagens, destruições de pertences, expulsões, omissões ou conivências de autoridades e violações das condições de existência.

Ainda segundo o levantamento, em 2024 houve um aumento de 113% (91 casos em 2023 contra 194 no ano passado) nas ocorrências de incêndios criminosos. A região da Amazônia Legal — que abrange Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e partes do Maranhão e do Mato Grosso — tendo sido a mais afetada.

Segundo o levantamento, pelo menos 47% (91) dos incêndios criminosos e 82% (172) das

ocorrências de desmatamento ilegal foram causadas por fazendeiros, grileiros, empresários e madeireiros. No total, somente os fazendeiros são responsáveis por cerca de 38% (79) dos casos.

Ayala Ferreira, dirigente nacional do setor de direitos humanos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), afirma que a ampliação de casos de conflitos por terra tem a ver com “o modelo hegemônico no campo brasileiro”, que, segundo ela, legitima o agronegócio e a existência do grande latifúndio. “Se a gente for analisar esses 1.768 casos de conflitos de luta pela terra, aconteceram na região que a gente chama de fronteira de expansão agrícola. A região do Matopiba, que envolve Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, e a região chamada Amacro, que envolve Acre, Amazonas e Rondônia”, destacou.

Liliane Amorim, mediadora de conflitos no campo e na cidade da Fundação Cultural Palmares — que faz parte da estrutura do Ministério da Cultura —, diz que a regularização fundiária é o principal desafio para a efetivação dos direitos das comunidades quilombolas. Ela salienta que a regularização promove segurança jurídica e representa “um passo fundamental” na proteção dos quilombos.

### Lei mais moderna

Walquíria Moraes, integrante das comissões de Direito Tributário e Agrário da OAB/MS, acredita que uma nova legislação que acelere o processo de ocupação acompanhada por órgão ou agente governamental “é fundamental”. Ela critica,

## No front

Conflitos no campo seguem em alta, mas assassinatos caem

### EVOLUÇÃO DOS ASSASSINATOS NO CAMPO NA ÚLTIMA DÉCADA



Fonte: Caderno Conflitos no Campo Brasil 2024/ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da Comissão Pastoral da Terra (Cedoc-CPT)



**Ideal seria que a nova regulamentação se nortearse pela introdução de institutos capazes de promover celeridade na desapropriação"**

**Walquíria Moraes, integrante das comissões de Direito Tributário e Agrário da OAB/MS**

também, o fato de a legislação ser muito antiga e espelha “um contexto rural, social, humano e econômico completamente diferente do atual”.

“O ideal seria que essa nova regulamentação se nortearse pela introdução de formas e instrumentos legais capazes de oferecer ferramentas equânimes, métodos, processos, procedimentos e remédios jurídicos que promovam a celeridade formal e a desburocratização no processo de desapropriação”, explicou.

Questionado pelo **Correio** sobre a alta nos conflitos no campo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário afirmou que, somente este ano, destinou mais de

R\$ 1 bilhão para as diversas formas de obtenção de terras para a reforma agrária. Já o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por meio da Câmara de Conciliação Agrária, disse acompanhar os conflitos agrários e realizar mediações em áreas onde potenciais ameaças são identificadas.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública, por sua vez, informou ao **Correio** que atua no fortalecimento de políticas, estudos e projetos que visam ao aperfeiçoamento da resposta do Estado a casos de violência.

\*Estagiário sob a supervisão de **Fabio Grecchi**

## JORNALISMO

# País sobe no ranking da liberdade de imprensa

Cleber Caetano/PR

O Brasil deu um salto de 47 posições no Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa da Reporters Sem Fronteiras (RSF), organização não governamental e sem fins lucrativos. A comparação é entre a posição de 2025, quando o país ficou em 63º lugar, e a de 2022. Segundo os pesquisadores, há um clima menos hostil ao jornalismo depois da “era Bolsonaro”.

O estudo define liberdade de imprensa como “a possibilidade efetiva de jornalistas, como indivíduos e como coletivos, selecionarem, produzirem e divulgarem informações de interesse público, independentemente de ingerências políticas, econômicas, legais e sociais, e sem ameaça à sua segurança física e mental”.

Os números brasileiros, porém, estão entre as poucas melhoras nesse indicador de 2025. Seis em cada 10 países caíram no ranking. Pela primeira vez na história do levantamento, as condições para o jornalismo são consideradas “ruins” em metade dos países do mundo e “satisfatórias” em menos de um em cada quatro.

A pontuação média de todos os países avaliados ficou abaixo de 55 pontos, o que qualifica a situação da liberdade de imprensa no mundo como “difícil”. Segundo a RSF, o ranking é um índice que mede as condições para o livre exercício do jornalismo em 180 países do mundo.



Segundo a RSF, pior momento para os jornalistas no Brasil foi no governo Bolsonaro, quando havia clima hostil

O índice tem cinco indicadores: político, social, econômico, marco legal e segurança. Com base na pontuação de cada um, é definida a pontuação geral por país. O indicador econômico foi o que mais pesou em 2025.

### Recuos

Alguns países merecem destaque na pesquisa. Caso da Argentina, que ocupa a 87ª posição

entre os 180 países. Segundo a pesquisa, há retrocessos pelas tendências autoritárias do governo do presidente Javier Milei, que estigmatizou jornalistas, desmantelou a mídia pública e utilizou a publicidade estatal como instrumento de pressão política. O país perdeu 47 posições em dois anos.

O Peru (130º) também foi um lugar em que pesquisadores identificaram que a liberdade de

imprensa entrou em colapso, 53 posições a menos desde 2022. Os motivos apontados são assédio judicial, campanhas de desinformação e crescente pressão sobre a mídia independente.

Os Estados Unidos (57º) são marcados pelo segundo mandato de Donald Trump, que, segundo o levantamento, politizou instituições, reduziu o apoio à mídia independente e marginalizou jornalistas. No país, a confiança

47

POSIÇÕES

foi quanto o Brasil subiu no ranking do Reporters Sem Fronteiras. Resultado é a comparação entre as colocações de 2022 e 2025

na mídia está em queda, os repórteres têm enfrentado hostilidade e muitos jornais locais estão desaparecendo.

A RSF pontua o papel das big techs nos problemas atuais. Diz que a economia de mídia é minada pelo domínio do GAFAM (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft) na distribuição de informações. O que significa falar em plataformas não regulamentadas, que capturam receitas de publicidade que sustentavam o jornalismo.

Os números de 2024 mostram que o gasto total com publicidade nas redes sociais alcançou US\$ 247,3 bilhões, aumento de 14% em relação a 2023. A RSF aponta que elas também contribuem para a proliferação de conteúdos manipulados ou enganosos.

## NATUREZA BRUTAL

# Jacaré pode ter matado menino no Amazonas

Uma criança de sete anos que desapareceu em um lago do Rio Solimões quando dormia em uma rede pode ter sido atacada por um jacaré, em Anamá, no interior do Amazonas. O corpo foi encontrado no fim da tarde de ontem, com uma fratura do pescoço. O laudo médico aponta que o ferimento que causou a morte pode ter sido causada pelo ataque do animal. As circunstâncias estão sendo investigadas pelas autoridades.

De acordo com a Polícia Militar do Amazonas, o menino Felipe Tinoco desapareceu na quarta-feira, quando pescava com o pai em um lago formado pela cheia do Solimões, na comunidade rural de Cuia Grande. Seguindo uma tradição local, eles armaram uma rede entre duas árvores, cerca de um metro acima do nível da água, para descansar durante a pesca.

O menino dormia na rede quando o pai saiu do local para verificar se havia peixe na rede de pesca armada no rio. Logo depois, ouviu gritos e correu em direção à criança, mas não a encontrou. A rede estava rasgada e as águas, no local, que é de remanso, estavam agitadas.

O pai pediu ajuda e as buscas começaram no mesmo dia. O corpo foi encontrado por moradores da comunidade. Felipe apresentava ferimentos no rosto e no pescoço, além de arranhões pelo corpo. A Polícia Militar fez o traslado para Anamá, onde foi realizada a necropsia.

Os peritos verificaram que a criança não tinha água nos pulmões, descartando afogamento. Porém, apresentava fraturas nas vértebras do pescoço, além de sinais compatíveis com o ataque de um animal.

Há grandes jacarés na área onde pai e filho pescavam. O jacaré-çu, o mais raro, chega a medir 5 metros de comprimento e pesar até 300 kg.

A Prefeitura de Anamá informou que está dando suporte social e psicológico à família da criança. O corpo de Felipe foi sepultado ontem, na comunidade de Santa Maria.

### Onça-pintada

Esse é o segundo episódio sobre o ataque de animais a humanos em menos de um mês. Na madrugada de 21 de abril, o caseiro Jorge Avalo, de 60 anos, foi atacado e morto por uma onça-pintada, no pesqueiro em que trabalhava, na região de Touro Morto, em Aquidauana, no Pantanal de Mato Grosso do Sul. Turistas que foram ao local comprar mel viram que o homem estava ausente e notaram manchas de sangue e pegadas da onça no local. A Polícia Militar Ambiental foi acionada.

O corpo do caseiro foi encontrado no dia seguinte, à beira de um rio, parcialmente devorado.

Uma equipe da Ambiental acompanhada por um especialista em onças-pintadas fez a captura do felino. A onça-pintada estava cerca de 30 kg abaixo do peso. O animal está sob os cuidados de especialistas no Centro de Reabilitação de Animais Silvestres, em Campo Grande, capital do estado.

Uma vez ao dia, o felino tem à disposição uma refeição de 7 kg de uma fonte de proteína animal, como peixe, frango e carne bovina. No dia 28 de abril, o boletim médico da onça detalhou: “Cameu todo o alimento deixado ontem, sobrando apenas uma cabeça de peixe.”